

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE – SEAD  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO NORTE – SESAP  
CONCURSO PÚBLICO

NÍVEL SUPERIOR

181 – TAS / ÁREA CONTADOR  
TIPO A

Frase: **A felicidade está na jornada, não no destino.**

(Transcrever a frase acima para o cartão de respostas)



SUA PROVA

O candidato receberá do fiscal de sala:

- Este caderno de prova, contendo **60 (sessenta)** questões objetivas; e **1 (uma)** prova discursiva;
- Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas; e
- Um **Caderno de Texto Definitivo** destinado à resposta da prova discursiva.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para a marcação no **Cartão de Respostas** da prova objetiva, e a transcrição da prova discursiva para o **Caderno de Texto Definitivo**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Ausentar-se da sala ou do local de prova sem o acompanhamento de um fiscal;
- Fazer uso de calculadora, relógio de qualquer espécie e/ou agenda eletrônica ou similar;
- Portar, após o início das provas, qualquer equipamento eletrônico e/ou sonoro e/ou de comunicação ligados ou desligados;
- Comunicar-se com outro candidato ou terceiros, verbalmente ou por escrito, bem como fazer uso de material não permitido para a realização da prova;
- Lançar meios ilícitos para a realização da prova;
- Deixar de devolver ao fiscal qualquer material de aplicação da prova, fornecido pelo **IDECAN**;
- Usar sanitários após o término da prova, ao deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Confira seus dados pessoais, cargo, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo**.
- Identifique no **Cartão de Respostas** o **TIPO** de caderno de prova, a não identificação no **Cartão de Respostas**, pelo candidato, acarretará em nota final igual a **0,00 (zero)**.
- Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta esferográfica em material transparente, de tinta cor azul ou preta.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Cartão de Respostas** e/ou do **Caderno de Texto Definitivo** por erro do candidato.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova objetiva e discursiva para o **Cartão de Respostas** e para o **Caderno de Texto Definitivo**, sendo estes os únicos documentos válidos para a correção da prova. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e do **Caderno de Texto Definitivo** será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas no **Edital**, no **Caderno de Prova**, no **Cartão de Respostas** e no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O **IDECAN** realizará identificação datiloscópica de todos os candidatos. A identificação datiloscópica compreenderá a coleta das impressões digitais dos candidatos.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, devolver ao fiscal o **Caderno de Prova**, o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Texto Definitivo** devidamente assinados, apenas, nos locais indicados.
- Durante a realização da prova, o envelope de segurança com os equipamentos e materiais não permitidos, devidamente lacrado, deverá permanecer embaixo ou ao lado da carteira/cadeira utilizada pelo candidato, devendo permanecer lacrado durante toda a realização da prova e somente poderá ser aberto no ambiente externo do local de provas.
- Os **3 (três) últimos** candidatos de cada sala só poderão sair juntos.
- O gabarito oficial preliminar da prova objetiva será divulgado na Internet, no endereço eletrônico [www.idecan.org.br](http://www.idecan.org.br), juntamente com os Cadernos de Prova, conforme Edital.

PREENCHA MANUALMENTE:

INSCRIÇÃO

NOME COMPLETO



**CONHECIMENTOS COMUNS**

**Língua Portuguesa**

- Texto para as questões de 1 a 10.

**Lobo Bobo**  
**João Gilberto**

Era uma vez um lobo mau Que resolveu jantar alguém Estava sem vintém Mas arriscou E logo se estrepou	Mas chapeuzinho percebeu Que o lobo mau se derreteu Pra ver você que lobo Também faz papel de bobo
Um chapeuzinho de maiô Ouviu buzina e não parou Mas lobo mau insiste E faz cara de triste Mas chapeuzinho ouviu Os conselhos da vovó Dizer que não pra lobo Que com lobo não sai só	Só posso lhe dizer Chapeuzinho agora traz O lobo na coleira Que não janta nunca mais  Lobo bobo
Lobo canta, pede Promete tudo, até amor E diz que fraco de lobo É ver um chapeuzinho de maiô	

1. Em “Mas chapeuzinho percebeu que o lobo mau se derreteu”, é correto afirmar que a personagem “lobo mau” se

- (A) liquefez.
- (B) dissipou.
- (C) comoveu.
- (D) consumiu.
- (E) apaixonou.

2. A oração “E logo se estrepou”, presente em “Mas arriscou/E logo se estrepou” tem valor semântico de

- (A) finalidade.
- (B) adversidade.
- (C) causalidade.
- (D) consequência.
- (E) proporcionalidade.

3. Na estrofe “Lobo canta, pede /Promete tudo, até amor/ E diz que fraco de lobo /É ver um chapeuzinho de maiô”, o “**E**” funciona, semanticamente, do mesmo modo que

- (A) o E, em “Mas se arriscou/ E logo se estrepou”.
- (B) o E, em “Mas lobo mau insiste/E faz cara de triste”.
- (C) o MAS, em “E faz cara de triste /Mas chapeuzinho ouviu”.
- (D) o E, em “Um chapeuzinho de maiô/Ouviu buzina e não parou”.
- (E) o MAS, em “Mas chapeuzinho percebeu/ Que o lobo mau se derreteu”.

4. Escolha a única alternativa na qual as palavras estão acentuadas de acordo com a regra de acentuação de maiô.

- (A) Você e Até.
- (B) Até e Vintém.
- (C) Alguém e Só.
- (D) Vovó e Vintém.
- (E) Você e Alguém.

5. Na primeira estrofe do texto, lê-se que “Era uma vez **um lobo mau**”; na quarta estrofe, lê-se “Mas chapeuzinho percebeu/ Que **o lobo mau** se derreteu”. A mudança de artigo – de UM para O – indica que a construção da referência discursiva percorreu um trajeto textual

- (A) do desprezo ao apreço.
- (B) do hiperônimo ao hipônimo.
- (C) da heteronímia à homonímia.
- (D) do não-confiável ao confiável.
- (E) da genericidade à individualização.

6. A canção LOBO BOBO dialoga com o conto CHAPEUZINHO VERMELHO, na qual a personagem central, Chapeuzinho Vermelho, desobedece aos conselhos de sua avó, optando por seguir um caminho perigoso que a coloca frente a frente com o perigo: o Lobo Mau. Esse diálogo entre os dois textos promove uma

- (A) subversão do sentido do texto já conhecido, suscitando crítica.
- (B) ressignificação de texto já conhecido, ambientando-o em novo contexto.
- (C) reescrita do assunto do texto já conhecido, produzindo uma nova linguagem.
- (D) reprodução da estrutura do texto já conhecido, gerando uma alusão estrutural.
- (E) referência ao texto já conhecido, anunciando a atualidade do texto a que se alude.

7. No texto o lobo é caracterizado de “bobo”; a voz que atribui esse adjetivo ao lobo é masculina ou feminina? E o que significa ser o lobo um bobo? Indique a opção que responda às ponderações enunciadas.

- (A) A voz é masculina, é do narrador, que avalia negativamente o lobo ter perdido sua liberdade de caça.
- (B) A voz é feminina, é da chapeuzinho, que se vangloria de ter domado o lobo.
- (C) A voz é feminina, é da vovó, que se orgulha em ver o resultado da neta ter ouvido seus conselhos.
- (D) A voz é masculina, é do lobo, que cai em si, reconhecendo agora estar preso a uma única chapeuzinho.
- (E) A voz é masculina, é do intérprete João Gilberto, que satiriza o comportamento de homens que se deixaram aprisionar a um único relacionamento.

8. No trecho “Lobo canta, pede/ Promete tudo até amor/ E **diz** que fraco de lobo/ É ver um chapeuzinho de maiô”. Indique a opção que destaca a mesma regência do verbo em destaque no trecho da música.

- (A) O professor **insistiu** com que os alunos estudassem para a prova.
- (B) Paris, que é a capital da França, é **conhecida** por seus cafés encantadores.
- (C) Psicólogo afirma que maioria das pessoas **lida** com sentimentos difíceis.
- (D) Suspensa pela Anac, Empresa é 4ª maior e **perdeu** espaço após acidente.
- (E) Bolsas dos EUA **pioram** após novas tarifas.

9. Assinale a alternativa na qual o uso da palavra SÓ apresente o mesmo sentido que em “Que com lobo não sai só”.

- (A) Só falta um mês para nossa viagem.
- (B) Só sei que a estrada estava muito congestionada.
- (C) Ela permaneceu só ao longo da festa.
- (D) Ela correu bastante, só que outra competidora venceu a prova.
- (E) Só mesmo Maria para aguentar João!

10. A estrutura sintática de uma frase pode ser representada esquematicamente, pelo uso de colchetes que determinam os níveis hierárquicos dos constituintes - sintagmas. Considerando que a frase “Também faz papel de bobo” apresenta os seguintes constituintes, Sintagma Verbal (SV), Sintagma Nominal (SN), Sintagma Preposicionado (SP) e Sintagma Adverbial (SADV), a representação correta da estrutura dessa frase está presente na alternativa:

- (A) [SV[SADV][SN][SP[SN]]]
- (B) [SADV[SV[SN[SP]]SN]]]
- (C) [[SADV]SV[SN[SP[SN]]]]]
- (D) [SN[SP[SN]]SV[SADV]]]
- (E) [SADV][SV][SN][SP][SN]

## Legislação do SUS

11. A construção do Sistema Único de Saúde (SUS) representou um marco na organização do sistema de saúde no Brasil, resultado de um processo histórico iniciado na década de 1980. Considerando a evolução histórica do sistema de saúde brasileiro e os princípios, diretrizes e arcabouço legal que fundamentam o SUS, assinale a alternativa correta.

- (A) A Reforma Sanitária foi implementada integralmente durante a década de 1970, estabelecendo o SUS como modelo de saúde universal e gratuito.
- (B) A criação do SUS foi fundamentada na Lei Orgânica da Saúde (Leis nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990), que regulamentam aspectos como a organização do sistema e a participação social.
- (C) A Constituição Federal de 1988 oficializou o SUS, que se baseia nos princípios de descentralização, universalidade e integralidade, mas não aborda a participação comunitária.
- (D) O SUS é sustentado exclusivamente por recursos federais, sem a necessidade de financiamento estadual ou municipal, pois o modelo é centralizado.
- (E) A universalidade do SUS garante o acesso somente a serviços básicos de saúde, excluindo atendimentos de média e alta complexidade.

12. A Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/1990 – estabelece as bases legais para a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil, regulamentando diversos aspectos relacionados à promoção, proteção e recuperação da saúde. Com base em suas disposições, assinale a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 restringe a atuação do SUS ao atendimento médico-hospitalar, excluindo ações de promoção da saúde, como vigilância epidemiológica e sanitária.
- (B) O financiamento do SUS é exclusivamente de responsabilidade do governo federal, sem a participação de estados e municípios, conforme prevê a Lei nº 8.080/1990.
- (C) A regionalização e a hierarquização dos serviços de saúde são diretrizes fundamentais estabelecidas pela Lei nº 8.080/1990, visando à organização do sistema e à garantia de acesso aos serviços.
- (D) A participação da comunidade na gestão do SUS não é mencionada na Lei nº 8.080/1990, sendo regulamentada exclusivamente pela Lei nº 8.142/1990.
- (E) A Lei nº 8.080/1990 exclui expressamente o setor privado da prestação de serviços de saúde no âmbito do SUS, independentemente de qualquer condição ou contrato.

13. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Compete ao poder público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, que tem como um de seus objetivos:

- (A) Gratuidade da cobertura e do atendimento.
- (B) Igualdade na forma de participação no custeio.
- (C) Diversidade da base de financiamento.
- (D) Formas diversas e diferenciação dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- (E) Adequação periódica e real do valor dos benefícios.

14. A Lei nº 8.142/1990 e o Decreto Presidencial nº 7.508, de 28 de junho de 2011, são marcos importantes na organização e operacionalização do Sistema Único de Saúde (SUS). Juntas, essas normas estabelecem bases para a participação popular, o financiamento e a regionalização dos serviços de saúde. Com base nesses dispositivos legais, analise as afirmativas abaixo e escolha a alternativa correta.

- (A) A Lei nº 8.142/1990 estabelece a criação dos Conselhos de Saúde como órgãos consultivos, sem participação direta de usuários e trabalhadores na formulação e controle das políticas públicas de saúde.
- (B) O Decreto nº 7.508/2011 prevê a implementação das Redes de Atenção à Saúde como uma alternativa facultativa, sem obrigatoriedade de pactuação pelos gestores das três esferas de governo.
- (C) A Lei nº 8.142/1990 dispõe que os recursos destinados ao financiamento do SUS devem ser distribuídos de forma automática entre União, estados e municípios, sem necessidade de cumprimento de critérios de desempenho ou plano de saúde.
- (D) A Lei nº 8.142/1990 centraliza a gestão do SUS no governo federal, eliminando a autonomia dos estados e municípios na execução de ações e serviços de saúde.
- (E) O Decreto nº 7.508/2011 introduziu conceitos como o Mapa da Saúde e a Região de Saúde, estabelecendo critérios para a organização da assistência de forma integrada e territorializada.

15. A Portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017, aprovou a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), revisando as diretrizes para a organização da Atenção Básica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). A PNAB busca fortalecer a assistência primária como porta de entrada prioritária para os usuários do SUS, promovendo ações de saúde integradas e organizadas. Com base nas diretrizes estabelecidas pela PNAB, assinale a alternativa correta.

- (A) A Estratégia Saúde da Família (ESF) foi extinta pela PNAB, sendo substituída por modelos de atendimento exclusivos para demandas espontâneas, sem responsabilização territorial.
- (B) A PNAB estabelece que os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) são obrigados a desempenhar funções exclusivamente clínicas, incluindo diagnóstico e prescrição de medicamentos.
- (C) A PNAB prioriza atendimentos especializados em detrimento de ações preventivas e promocionais, como vacinação e educação em saúde.
- (D) A Portaria nº 2.436/2017 reforça a importância das Equipes de Atenção Básica (EAB) e das Equipes de Saúde da Família (ESF), promovendo a responsabilização territorial e a coordenação do cuidado em regiões específicas.
- (E) A PNAB extinguiu a exigência de registro das famílias atendidas pelos profissionais da Estratégia Saúde da Família, eliminando o vínculo entre equipe e população assistida.

16. A Portaria GM/MS nº 1.604, de 18 de outubro de 2023, estabelece diretrizes para a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde (PNAES). Em relação às disposições dessa portaria, marque a alternativa correta.

- (A) A PNAES tem como objetivo principal a descentralização total dos serviços de saúde especializados, transferindo a responsabilidade exclusivamente para os municípios.
- (B) A portaria prevê a criação de um fundo financeiro exclusivo para a atenção especializada, gerido diretamente pelo Ministério da Saúde, sem participação dos estados e municípios.
- (C) A portaria revoga integralmente todas as normas anteriores relacionadas à atenção especializada no Sistema Único de Saúde (SUS).
- (D) A PNAES determina que os serviços de atenção especializada devem ser oferecidos exclusivamente por instituições privadas contratadas pelo SUS.
- (E) A PNAES estabelece que a organização dos serviços especializados deve ser baseada em redes de atenção à saúde, com planejamento regional integrado e articulação interfederativa.

17. A Resolução CNS nº 553, de 9 de agosto de 2017, estabelece princípios e diretrizes fundamentais para os direitos e deveres da pessoa usuária da saúde no Brasil. Considerando seu conteúdo, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os direitos assegurados na Carta está o direito à informação, permitindo que a pessoa usuária receba explicações claras sobre seu diagnóstico, tratamento e procedimentos realizados.
- (B) A Resolução assegura que a pessoa usuária da saúde tem o direito de ser atendida apenas por profissionais com, no mínimo, 20 anos de experiência em suas áreas de atuação.
- (C) A Carta dos Direitos e Deveres da Pessoa Usuária da Saúde determina que o acesso aos serviços de saúde no SUS pode ser limitado por critérios econômicos e de renda familiar.
- (D) A Resolução revoga automaticamente qualquer normativa que trate de políticas públicas de saúde anteriores à sua publicação, tornando-as inválidas.
- (E) A Carta estabelece que os deveres da pessoa usuária da saúde incluem a obrigatoriedade de doar sangue e tecidos biológicos para o sistema público de saúde sempre que solicitado.

18. Durante uma análise de gestão pública, um gestor de saúde está discutindo os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS). Dada a importância de compreender seu arcabouço legal, indique a alternativa correta.

- (A) O princípio da equidade no SUS determina que todos os cidadãos devem receber a mesma quantidade de recursos e tratamentos, independentemente de suas condições de saúde.
- (B) O SUS possui como base legal a Constituição Federal de 1988, que o instituiu como um sistema de saúde universal, com princípios como a universalidade, integralidade e equidade.
- (C) A diretriz de descentralização no SUS limita a gestão e operação dos serviços de saúde exclusivamente ao nível municipal, sem articulação com os estados e a União.
- (D) A integralidade no SUS refere-se apenas à oferta de tratamentos curativos, sem considerar ações de promoção ou prevenção à saúde.
- (E) A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) estabelece que o SUS é opcional para os estados, sendo possível a exclusão de um estado do sistema.

19. Um gestor público precisa implementar políticas baseadas nos artigos 194 a 200 da Constituição Federal de 1988. A partir dos fundamentos e diretrizes apresentados nesse trecho constitucional, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os objetivos da seguridade social, está a uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais, bem como a universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) A seguridade social é composta exclusivamente pela previdência social, deixando saúde e assistência social como políticas secundárias.
- (C) Os princípios que regem a seguridade social incluem a ausência de universalidade e a segregação da gestão entre União, estados e municípios.
- (D) O financiamento da seguridade social é de responsabilidade exclusiva dos trabalhadores, sendo vedada a contribuição de empregadores e do governo.
- (E) O artigo 200 da Constituição limita a atuação do SUS às unidades hospitalares, sem promover ações de vigilância epidemiológica ou sanitária.

20. Durante uma auditoria em uma unidade de saúde pública, o auditor está avaliando a aplicação prática dos dispositivos previstos na Lei nº 8.080/1990. Com base nessa norma, assinale a opção correta.

- (A) A Lei nº 8.080/1990 determina que a iniciativa privada está completamente proibida de participar do Sistema Único de Saúde (SUS), salvo em situações de calamidade pública.
- (B) O artigo 6º da Lei estabelece que as ações e serviços de saúde abrangem exclusivamente atividades de caráter curativo, sem contemplar promoção ou prevenção à saúde.
- (C) O financiamento das ações e serviços de saúde previstos na Lei nº 8.080/1990 é de responsabilidade exclusiva da União, não havendo contribuição de estados, municípios ou da iniciativa privada.
- (D) A Lei nº 8.080/1990 estabelece que a saúde é um direito fundamental do ser humano e que cabe ao Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.
- (E) Segundo a Lei, as ações de vigilância sanitária estão limitadas ao controle de medicamentos e alimentos, não incluindo ações de fiscalização em estabelecimentos de saúde.

### Regime Jurídico Único do RN

21. A Administração Pública, ao constatar possíveis irregularidades cometidas por um servidor público estadual, deve instaurar um processo disciplinar para apuração dos fatos e aplicação das sanções cabíveis. Considerando as normas previstas na Lei Complementar nº 122/1994 sobre o processo disciplinar, assinale a alternativa correta.

- (A) A comissão responsável pela condução do processo disciplinar é composta por três servidores públicos, sendo necessário que pelo menos dois deles tenham formação em Direito para garantir a legalidade do procedimento.
- (B) O processo disciplinar possui natureza sigilosa em todas as suas fases, de modo que nem mesmo o servidor indiciado ou seu procurador podem ter acesso aos autos antes da conclusão do relatório final da comissão processante.
- (C) O prazo para a conclusão do processo disciplinar é de 90 dias, contados da data da instauração, sendo vedada qualquer prorrogação, ainda que existam circunstâncias que justifiquem a necessidade de maior tempo para a apuração dos fatos.
- (D) Como medida cautelar, a autoridade instauradora do processo disciplinar pode afastar o servidor do cargo por até 60 dias, sendo mantida a sua remuneração, salvo se o processo envolver alcance ou malversação de dinheiro público sem reposição imediata dos valores.
- (E) Se o servidor indiciado não apresentar defesa no prazo legal, será automaticamente considerada sua confissão quanto aos fatos imputados.

22. A remuneração dos servidores públicos está sujeita a normas específicas quanto a reposições, indenizações e eventuais restrições legais. Sobre esse tema, considerando a Lei Complementar nº 122/1994, analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

- (A) O servidor exonerado, demitido ou que tiver sua aposentadoria cassada tem 60 dias para quitar seu débito com o erário, sob pena de inscrição na dívida ativa.
- (B) Caso um servidor tenha valores a restituir ao erário, a Administração pode descontar o montante integralmente de sua última remuneração antes da exoneração.
- (C) A consignação em folha de pagamento a favor de terceiros é inadmissível, mesmo mediante autorização do servidor, uma vez que nenhum desconto deverá incidir sobre a remuneração.
- (D) A remuneração do servidor pode ser penhorada em qualquer situação judicial, independentemente da natureza da dívida, desde que haja decisão definitiva.
- (E) Caso o servidor tenha débitos pendentes com o erário, a exoneração extingue automaticamente a obrigação de pagamento, não podendo a Administração inscrevê-lo na dívida ativa.

**23.** Analto sempre foi um servidor dedicado e exemplar, atuando há mais de dez anos em uma repartição pública estadual. Contudo, sua rotina profissional sofreu uma reviravolta quando sua esposa, aprovada em um concurso público estadual, foi nomeada para atuar em outra cidade. Diante dessa situação, Analto ficou dividido entre continuar no seu local de trabalho ou buscar uma forma de acompanhar sua família. Ao procurar informações sobre seus direitos, ele descobriu que a legislação estadual prevê hipóteses de remoção. Animado, ele decidiu solicitar sua mudança para a nova localidade, mas foi surpreendido por questionamentos da Administração Pública sobre a viabilidade de sua solicitação. Diante desse cenário, com base na Lei Complementar nº 122/1994, assinale a alternativa correta sobre a remoção de servidores públicos estaduais.

- (A) A remoção de Analto, por motivo de acompanhamento de sua esposa, só será viável caso haja uma vaga disponível na nova localidade.
- (B) A remoção de Analto não poderá ser realizada, pois a legislação exige que a mudança seja feita por motivo de saúde do servidor ou de seu dependente, e não por acompanhamento de cônjuge.
- (C) A remoção de Analto só poderá ser realizada a pedido do servidor, sendo vedada a remoção de ofício, mesmo que o servidor precise acompanhar sua esposa.
- (D) A remoção de Analto poderá ocorrer, mas apenas se a Administração Pública comprovar a necessidade de seu deslocamento para o novo setor de trabalho, o que não é o caso, pois ele apenas deseja acompanhar a esposa.
- (E) A remoção de Analto pode ser solicitada independentemente de vaga disponível na nova localidade, uma vez que ele tem direito de acompanhar sua esposa, conforme previsão legal.

**24.** Conforme a Lei Complementar nº 122/1994, é correto afirmar que a penalidade de suspensão aplicada ao servidor público estadual do Rio Grande do Norte:

- (A) Pode ser aplicada pelo prazo máximo de 120 dias e, em casos de conveniência para o serviço, convertida em multa correspondente a 30% do vencimento do servidor.
- (B) Pode ser imposta nos casos de reincidência em falta punida com advertência ou em violação de proibição que não justifique a demissão, não podendo ultrapassar o limite de 90 dias.
- (C) Será registrada permanentemente no histórico funcional do servidor, sem possibilidade de cancelamento, mesmo que ele não cometa novas infrações disciplinares ao longo de sua carreira.
- (D) É obrigatoriamente aplicada sem possibilidade de conversão em multa, salvo nos casos em que o servidor provar a inexistência de dolo na infração cometida.
- (E) Deve ser aplicada diretamente pelo Governador do Estado em qualquer situação, independentemente da gravidade da infração cometida pelo servidor.

**25.** Leonardo, servidor público estadual, foi alvo de um processo administrativo disciplinar após suspeitas de irregularidades em sua atuação funcional. A comissão processante concluiu o relatório e enviou para julgamento. Durante a análise, a autoridade julgadora verificou que havia um vício insanável no processo, além de constatar que a penalidade prevista ultrapassava sua alçada decisória. Diante dessa situação, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Complementar nº 122/1994.

- (A) O pedido de exoneração de Leonardo antes da conclusão do julgamento encerra automaticamente o processo administrativo disciplinar, pois a penalidade administrativa não pode ser aplicada a quem não mais ocupa o cargo.
- (B) Se a penalidade aplicável ultrapassar a alçada da autoridade instauradora do processo, a decisão final ainda assim cabe a essa autoridade, conforme o princípio da autotutela.
- (C) Ao constatar um vício insanável, a autoridade julgadora deve anular total ou parcialmente o processo e determinar a constituição de uma nova comissão para renová-lo.
- (D) Caso a infração imputada a Leonardo esteja tipificada como crime, a autoridade julgadora não pode tomar providências administrativas e deve suspender o julgamento até a manifestação do Ministério Público.
- (E) O julgamento deve obrigatoriamente seguir as conclusões da comissão processante, não cabendo à autoridade julgadora declarar nulidade do processo, ainda que haja vícios insanáveis.

## História e Aspectos Geopolíticos do RN

---

26. Durante o período imperial brasileiro, a estrutura política e eleitoral refletia características específicas que influenciavam a participação dos cidadãos nas eleições. Considerando o contexto das eleições e da representação política no Rio Grande do Norte no século XIX, assinale a alternativa correta.

- (A) O voto era censitário, sendo permitido apenas àqueles que possuíam determinado nível de renda, o que restringia a participação política às elites agrárias e comerciantes.
  - (B) As eleições no Rio Grande do Norte eram amplamente democráticas, permitindo a participação de indígenas, ex-escravizados e trabalhadores urbanos sem restrições de renda.
  - (C) A legislação eleitoral imperial estabelecia o sufrágio universal masculino, garantindo a ampla participação popular e a representação de diferentes camadas sociais.
  - (D) Os pleitos eram organizados pelas Câmaras Municipais, que asseguravam a isonomia entre os candidatos, impedindo o predomínio das oligarquias locais.
  - (E) O sistema eleitoral do Império do Brasil foi extinto logo após a independência, sendo substituído por eleições diretas e secretas nos primeiros anos da monarquia.
- 

27. A economia do Rio Grande do Norte combina setores tradicionais e modernos, resultando em uma configuração socioeconômica diversificada. Sobre as atividades produtivas no estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A economia do Rio Grande do Norte é majoritariamente impulsionada pelo setor turístico, enquanto a agropecuária tem um papel secundário, uma vez que a infraestrutura turística já está plenamente consolidada como motor econômico.
  - (B) A produção de petróleo e gás é uma atividade fundamental no Rio Grande do Norte, mas sem um impacto expressivo na economia estadual.
  - (C) O setor industrial supera as atividades agrícolas e pesqueiras em geração de empregos e volume de exportações, sendo a principal base da economia norte-rio-grandense.
  - (D) A fruticultura voltada à exportação é essencial na economia do estado, uma vez que a produção se destina exclusivamente ao mercado externo.
  - (E) A carcinicultura, voltada para a criação de camarões em cativeiro, tem impacto econômico significativo, mas enfrenta desafios ambientais relacionados ao desmatamento de manguezais.
- 

28. A resistência da cidade de Mossoró ao bando de Lampião, em 1927, marcou um episódio singular na história do cangaço no Rio Grande do Norte. Acerca dessa resistência, identifique a alternativa correta.

- (A) A população local, composta majoritariamente por camponeses, organizou uma milícia improvisada para enfrentar os cangaceiros, contando com apoio mínimo das autoridades.
  - (B) A invasão de Mossoró por Lampião foi bem-sucedida, resultando na pilhagem da cidade e na consolidação do cangaço como uma força dominante na região.
  - (C) A batalha entre os mossoroenses e o bando de Lampião foi mediada por negociações diplomáticas, resultando em um acordo pacífico entre os dois grupos.
  - (D) A resistência de Mossoró foi liderada pelo prefeito Rodolfo Fernandes, que organizou um plano estratégico de defesa envolvendo a população e as forças de segurança locais.
  - (E) O governo federal enviou reforços militares para proteger Mossoró, o que impediu qualquer confronto direto entre a população local e os cangaceiros.
-

29. No período colonial, o sistema de sesmarias foi um dos principais mecanismos de organização territorial e de distribuição de terras na América Portuguesa, incluindo a Capitania do Rio Grande. A respeito do papel das sesmarias no processo de expansão territorial, assinale a alternativa correta.

- (A) As sesmarias foram utilizadas para conceder terras a pequenos agricultores e indígenas, com o objetivo de promover um desenvolvimento agrícola equilibrado.
- (B) A distribuição de sesmarias contribuiu para a concentração fundiária, pois grandes extensões de terra foram concedidas a poucos indivíduos ligados à administração colonial.
- (C) O sistema de sesmarias garantiu a manutenção da estrutura comunal de uso da terra, respeitando as tradições dos povos indígenas e quilombolas.
- (D) A concessão de sesmarias era feita sem critérios definidos, permitindo a ocupação espontânea das terras pelos colonos portugueses sem interferência da Coroa.
- (E) A política de sesmarias foi essencial para a urbanização rápida da Capitania do Rio Grande, pois previa a construção obrigatória de vilas e cidades em cada nova concessão.

---

30. Durante o período colonial, a arrecadação de tributos foi um dos pilares da administração da Capitania do Rio Grande, refletindo a estrutura fiscal imposta pela Coroa Portuguesa às suas colônias. Sobre os mecanismos de tributação nesse período, marque a opção correta.

- (A) O imposto mais significativo era a “dízima”, um tributo pago diretamente pelos grandes comerciantes de escravos e gado à administração local.
- (B) A arrecadação de tributos era feita exclusivamente pelas Câmaras Municipais, que possuíam autonomia financeira e não prestavam contas à Coroa.
- (C) A cobrança de tributos, como o quinto e a derrama, refletia a necessidade de financiar a defesa da capitania e de garantir o monopólio econômico português.
- (D) A política fiscal colonial isentava os proprietários de engenhos do pagamento de impostos diretos, para estimular a produção de açúcar na capitania.
- (E) A arrecadação tributária na Capitania do Rio Grande foi gradualmente substituída por um sistema de trocas comerciais livres, sem imposição estatal.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Acerca do escopo dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o quinto dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
- (B) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
- (C) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o vigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
- (D) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o trigésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.
- (E) O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o sexagésimo dia útil subsequente à aprovação dos balanços semestrais.

32. A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estatui normas gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. No texto contido nessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um triênio.
- (B) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um biênio.
- (C) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um quadriênio.
- (D) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um quinquênio.
- (E) As receitas e despesas de capital serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo um decênio.

33. A Constituição Federal do Brasil, de 1988, traz uma seção (IX) sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas. Acerca do responsável pela fiscalização e o tipo de controle exercido abordados nessa seção, assinale a alternativa correta.

- (A) Câmara dos Deputados; Controle Externo.
- (B) Congresso Nacional; Controle Externo.
- (C) Câmara dos Deputados; Controle Interno.
- (D) Senado Federal; Controle Externo
- (E) Congresso Nacional; Controle Interno.

34. Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam alguns requisitos. Quanto à idade para uma possível nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União, constante no Art. 73 da Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade.
- (B) Mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (C) Menos de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (D) Menos de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
- (E) Mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.

35. A Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, traz que, nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, de até X%, do valor inicial do contrato, autorizada a majoração desse percentual para até Y%, desde que justificada mediante análise da complexidade técnica e dos riscos envolvidos. Quanto aos valores de X% e Y%, assinale a alternativa correta.

- (A) Até 10% (dez por cento), autorizada a majoração para até 20% (vinte por cento).
- (B) Até 30% (trinta por cento), autorizada a majoração para até 40% (quarenta por cento).
- (C) Até 50% (cinquenta por cento), autorizada a majoração para até 60% (sessenta por cento).
- (D) Até 15% (quinze por cento), autorizada a majoração para até 20% (vinte por cento).
- (E) Até 5% (cinco por cento), autorizada a majoração para até 10% (dez por cento).

**36.** A Lei Federal nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos traz que o contrato que prever a operação continuada de sistemas estruturantes de tecnologia da informação poderá ter uma vigência máxima. Assinale a alternativa correta quanto a essa vigência máxima.

- (A) 15 (quinze) anos.
- (B) 5 (cinco) anos.
- (C) 10 (dez) anos.
- (D) 8 (oito) anos.
- (E) 12 (doze) anos.

**37.** O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP é um importante manual de referência para os profissionais contábeis que operam no setor público. Acerca do registro da receita orçamentária, marque a alternativa correta sobre em que momento (fase) isso deve ser feito.

- (A) Momento do Lançamento.
- (B) Momento do Recolhimento.
- (C) Momento da Previsão
- (D) Momento da Fixação.
- (E) Momento da Arrecadação.

**38.** NBC TSP é a sigla para Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A NBC TSP 08 tem como escopo: Ativo Intangível. Dentro de algumas definições trazidas nessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) Amortização é a alocação sistemática do valor amortizável do ativo tangível ao longo da sua vida útil.
- (B) Valor contábil é o montante pelo qual o ativo é reconhecido após a dedução da amortização acumulada e das perdas acumuladas por aumento ao valor recuperável.
- (C) Ativo intangível é o ativo monetário não identificável sem forma física.
- (D) Pesquisa é a investigação original e planejada realizada com a certeza de adquirir novo conhecimento científico ou técnico.
- (E) Desenvolvimento é a aplicação dos resultados da pesquisa ou de outros conhecimentos em plano ou projeto visando à produção de materiais, dispositivos, produtos, processos, sistemas ou serviços novos ou substancialmente aprimorados, antes do início da sua produção comercial ou do seu uso.

**39.** A NBC TSP 03 tem como núcleo: as provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Quanto à alienação esperada de ativo, existe, nessa NBC, uma orientação quanto à mensuração de provisão. Quanto a essa orientação, assinale a alternativa correta.

- (A) Ganhos decorrentes de alienações esperadas de ativos devem ser levados em consideração ao se mensurar a provisão.
- (B) Ganhos decorrentes de alienações esperadas de passivos devem ser levados em consideração ao se mensurar a provisão.
- (C) Ganhos decorrentes de alienações esperadas de ativos e passivos devem ser levados em consideração ao se mensurar a provisão.
- (D) Ganhos decorrentes de alienações esperadas de ativos não devem ser levados em consideração ao se mensurar a provisão.
- (E) Ganhos decorrentes de alienações esperadas de ativos não devem ser levados em consideração ao se mensurar a provisão. Entretanto, ativos de marcas não se aplicam a essa regra.

**40.** A Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, estabelece normas gerais de Direito Financeiro para a elaboração e controle de orçamentos e balanços. Dentro do escopo dessa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário sintético de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- (B) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração analítica na contabilidade.
- (C) O levantamento geral somente dos bens móveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- (D) O levantamento geral somente dos bens imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.
- (E) O levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

41. Uma empresa de tecnologia apresentou os seguintes dados em seu balanço patrimonial e demonstração de resultados:

- **Ativo Circulante:** R\$ 1.200.000
- **Passivo Circulante:** R\$ 800.000
- **Vendas Líquidas:** R\$ 3.000.000
- **Custo das Mercadorias Vendidas (CMV):**  
R\$ 1.800.000
- **Lucro Líquido:** R\$ 300.000
- **Ativo Total:** R\$ 2.000.000
- **Patrimônio Líquido:** R\$ 1.200.000

Considerando a análise de balanços como instrumento de avaliação de desempenho, assinale a alternativa que representa a interpretação correta dos dados.

- (A) A empresa apresenta alta liquidez corrente, indicando excelente capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo, e alta rentabilidade sobre o patrimônio líquido, demonstrando eficiência na geração de lucro para os acionistas.
- (B) A empresa apresenta baixa liquidez corrente, indicando dificuldades em honrar suas obrigações de curto prazo, mas alta rentabilidade sobre o ativo total, demonstrando eficiência na utilização de seus ativos para gerar lucro.
- (C) A empresa apresenta liquidez corrente adequada, indicando capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo, e baixa rentabilidade sobre o patrimônio líquido, demonstrando ineficiência na geração de lucro para os acionistas.
- (D) A empresa apresenta alta liquidez corrente, indicando excelente capacidade de honrar suas obrigações de curto prazo, mas baixa rentabilidade sobre o ativo total, demonstrando ineficiência na utilização de seus ativos para gerar lucro.
- (E) A empresa apresenta baixa liquidez corrente, indicando dificuldades em honrar suas obrigações de curto prazo, e baixa rentabilidade sobre o patrimônio líquido, demonstrando ineficiência na geração de lucro para os acionistas.

42. Em relação à classificação da despesa pública, conforme estabelecido na Lei nº 4.320/64, é correto afirmar que a classificação funcional-programática:

- (A) visa identificar os gastos com pessoal e encargos sociais.
- (B) agrupa as despesas por categorias econômicas, como correntes e de capital.
- (C) estrutura a despesa em funções, subfunções e programas, refletindo os objetivos e metas do governo.
- (D) detalha os gastos por elementos de despesa, como material de consumo e serviços de terceiros.
- (E) organiza as despesas por órgãos e unidades administrativas responsáveis pela execução.

43. Sobre as Transferências de Capital, assinale a alternativa correta, quanto à abordagem que é trazida na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, sobre esse tema.

- (A) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, dependentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- (B) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação indireta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- (C) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- (D) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.
- (E) São Transferências de Capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem indiretamente da Lei de Orçamento ou de lei especial anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

44. Os profissionais contábeis, em especial do Setor Público, lidam com conceitos acerca de despesas e/ou receitas públicas. Nesse contexto, a Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, traz em seu art. 9º o conceito sobre o que é tributo. Quanto a esse conceito, assinale a alternativa correta.

- (A) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público e privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (B) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (C) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público ou privado, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (D) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria orçamentária, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- (E) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos e contribuições nos termos da Constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto às despesas de capital para atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

45. Uma empresa de mineração adquiriu uma jazida de minério por R\$ 10.000.000,00. A estimativa inicial era de que a jazida continha 5.000.000 de toneladas de minério. No primeiro ano, a empresa extraiu 1.000.000 de toneladas. No segundo ano, devido a novas tecnologias, a estimativa de reservas aumentou para 6.000.000 de toneladas, e a extração foi de 1.500.000 de toneladas. Para o valor da exaustão acumulada ao final do segundo ano, marque a alternativa correta.

- (A) R\$ 2.000.000,00
- (B) R\$ 2.500.000,00
- (C) R\$ 3.000.000,00
- (D) R\$ 3.500.000,00
- (E) R\$ 4.000.000,00

46. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), é uma legislação brasileira que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Seu principal objetivo é garantir o equilíbrio das contas públicas e a transparência na administração dos recursos financeiros da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Nesse dispositivo, acerca da recondução da dívida aos limites, marque a alternativa correta.

- (A) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um trimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- (B) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- (C) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um bimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.
- (D) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) no primeiro.
- (E) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um semestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 35% (trinta e cinco por cento) no primeiro.

47. A Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP 12, de 18 de outubro de 2018, trata da Demonstração dos Fluxos de Caixa. Sobre essa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.
- (B) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de não-investimento e de financiamento.
- (C) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades não-operacionais, de investimento e de financiamento.
- (D) A demonstração dos fluxos de caixa deve apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de não-financiamento.
- (E) A demonstração dos fluxos de caixa pode eventualmente apresentar os fluxos de caixa do período classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

48. Uma empresa do setor industrial apresenta o seguinte Balanço Patrimonial simplificado para o ano de 2024:

**Ativo:**

- Ativo Circulante: R\$ 500.000
- Ativo Não Circulante: R\$ 1.500.000
- Total do Ativo: R\$ 2.000.000

**Passivo e Patrimônio Líquido:**

- Passivo Circulante: R\$ 300.000
- Passivo Não Circulante: R\$ 700.000
- Patrimônio Líquido: R\$ 1.000.000
- Total do Passivo e Patrimônio Líquido: R\$ 2.000.000

Realizando a análise vertical do Balanço Patrimonial, assinale a alternativa que representa a interpretação correta da estrutura de capital da empresa.

- (A) O Ativo Circulante representa 25% do total do Ativo, indicando alta liquidez da empresa.
- (B) O Passivo Não Circulante corresponde a 35% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, demonstrando baixo endividamento de longo prazo.
- (C) O Patrimônio Líquido representa 50% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, evidenciando uma estrutura de capital equilibrada.
- (D) O Ativo Não Circulante representa 65% do total do Ativo, sugerindo um alto investimento em ativos de curto prazo.
- (E) O Passivo Circulante corresponde a 15% do total do Passivo e Patrimônio Líquido, indicando baixa dependência de dívidas de curto prazo.

49. No contexto da Contabilidade Pública, a classificação e o controle dos bens públicos são fundamentais para a gestão patrimonial do Estado. Considerando as diferentes categorias de bens públicos e suas implicações contábeis, marque a alternativa que descreve corretamente o tratamento contábil dos bens de uso especial.

- (A) São bens de domínio privado, sujeitos à alienação e oneração, registrados no ativo não circulante como investimentos.
- (B) São bens de uso comum do povo, inalienáveis e imprescritíveis, registrados no ativo imobilizado como infraestrutura.
- (C) São bens destinados à execução de serviços administrativos ou à utilização por entidades públicas, registrados no ativo imobilizado como bens móveis ou imóveis.
- (D) São bens dominicais, passíveis de alienação, registrados no ativo realizável a longo prazo como bens para alienação.
- (E) São bens de uso comum do povo, sujeitos à concessão de uso, registrados no ativo intangível como direitos.

50. Uma entidade do setor público mantém um rebanho de gado de corte. Em 31 de dezembro de 2024, o rebanho era composto por 500 cabeças de gado com idade média de 24 meses. A entidade planeja abater o gado em 12 meses para venda. Considerando a NBC TSP 26 (Ativo Biológico e Produto Agrícola), assinale a alternativa correta para o tratamento contábil adequado para o rebanho em 31 de dezembro de 2024.

- (A) O rebanho deve ser classificado como estoque e mensurado pelo custo de produção.
- (B) O rebanho deve ser classificado como ativo biológico e mensurado ao valor justo menos os custos de venda.
- (C) O rebanho deve ser classificado como ativo imobilizado e depreciado ao longo de sua vida útil.
- (D) O rebanho não deve ser reconhecido no balanço patrimonial, pois ainda não foi abatido.
- (E) O rebanho deve ser classificado como ativo intangível e amortizado ao longo do período de abate.

51. Em relação aos estágios e à classificação das receitas e despesas orçamentárias, assinale a alternativa correta.

- (A) A previsão da receita orçamentária é o estágio em que se verifica a arrecadação efetiva dos recursos, enquanto o empenho da despesa orçamentária corresponde ao momento em que se realiza o pagamento ao credor.
- (B) A classificação da receita por natureza permite identificar a origem dos recursos, enquanto a classificação da despesa por função indica a área de atuação governamental em que o gasto será realizado.
- (C) A liquidação da despesa orçamentária é o estágio em que se verifica o cumprimento da obrigação pelo credor, enquanto o recolhimento da receita orçamentária corresponde ao momento em que os recursos são transferidos para a conta do Tesouro.
- (D) A classificação da receita por esfera orçamentária permite identificar o ente da federação responsável pela arrecadação, enquanto a classificação da despesa por programa indica o objetivo a ser alcançado com o gasto.
- (E) A inscrição em restos a pagar é o estágio em que se reconhece a dívida do ente público com o credor, enquanto a anulação da receita orçamentária corresponde ao momento em que se cancela a previsão de arrecadação de um determinado recurso.

**52.** Em um cenário de gestão fiscal responsável, a análise do comparativo entre a receita orçada e a arrecadada é crucial para a tomada de decisões. Considerando os diversos fatores que podem influenciar essa relação, marque a alternativa que descreve a implicação de uma arrecadação consistentemente abaixo da receita orçada.

- (A) Superávit financeiro, indicando uma gestão conservadora e prudente dos recursos públicos.
- (B) Necessidade de revisão da legislação tributária para aumentar a carga fiscal sobre os contribuintes.
- (C) Potencial para desequilíbrio fiscal, exigindo ajustes nas despesas ou revisão das estimativas de receita.
- (D) Aumento da capacidade de investimento em infraestrutura, devido à disponibilidade de recursos não utilizados.
- (E) Redução da dívida pública, como resultado da contenção de gastos e do aumento da eficiência na arrecadação.

**53.** Uma entidade do setor público está envolvida em um complexo litígio ambiental, com alta probabilidade de perda. A mensuração da obrigação é altamente dependente de variáveis futuras incertas, mas a entidade possui um histórico de casos semelhantes e pareceres de especialistas. Considerando a NBC TSP 03, assinale a alternativa apropriada para o reconhecimento e mensuração dessa obrigação.

- (A) Reconhecer um passivo contingente, divulgando em notas explicativas, sem mensuração devido à incerteza.
- (B) Reconhecer uma provisão, utilizando a melhor estimativa do desembolso necessário, com base no histórico e pareceres, mesmo com incertezas.
- (C) Não reconhecer qualquer passivo, aguardando a resolução final do litígio para maior precisão na mensuração.
- (D) Reconhecer um ativo contingente, refletindo a possibilidade de recuperação de custos em casos futuros.
- (E) Reconhecer um passivo, utilizando o valor mínimo possível do desembolso, para evitar superestimação da obrigação.

**54.** A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece que as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República serão apreciadas, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em um prazo contado a partir de seu recebimento. Marque a alternativa correta quanto a esse prazo.

- (A) Sessenta dias.
- (B) Trinta dias.
- (C) Noventa dias.
- (D) Quarenta e cinco dias.
- (E) Cento e oitenta dias.

**55.** Dentro do escopo da Constituição Federal de 1988, há critérios para a nomeação dos Ministros do Tribunal de Contas da União. Quanto a esse tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Um terço pelo Presidente da República, com aprovação da Câmara dos Deputados, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (B) Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo três alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (C) Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista sêxtupla pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (D) Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Congresso da República, sendo seis alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.
- (E) Um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento.

**56.** A NBC TSP 04 tem como tema “Estoques”. Sobre essa norma, assinale a opção correta.

- (A) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação com contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.
- (B) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data de seu desfazimento.
- (C) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo não deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.
- (D) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento.
- (E) Quando os estoques tiverem sido adquiridos por meio de transação sem contraprestação, o custo deve ser mensurado pelo seu valor justo na data do seu recebimento, exceto para ativos biológicos.

57. Sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, temos que a NBC TSP 21 trata das Combinações no Setor Público. Quanto a essa norma, assinale a alternativa correta.

- (A) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é o passivo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que não são individualmente identificados e reconhecidos em separado.
- (B) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é o ativo que representa benefícios econômicos presentes resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que não são individualmente identificados e reconhecidos em separado.
- (C) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é o ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que são individualmente identificados e reconhecidos em separado.
- (D) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é o ativo que representa benefícios econômicos futuros resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que não são individualmente identificados e reconhecidos em separado.
- (E) Ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é o ativo que representa benefícios econômicos passados resultantes de outros ativos adquiridos em uma aquisição que são individualmente identificados e reconhecidos em separado.

58. O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é um conjunto de diretrizes e procedimentos contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) do Brasil. Existe uma característica da informação contábil, segundo esse manual, que permite assegurar aos usuários que a informação contida nas demonstrações contábeis representa fielmente os fenômenos econômicos ou de outra natureza que se propõe a representar. Marque a alternativa que representa essa característica qualitativa.

- (A) Relevância.
- (B) Representação Fidedigna.
- (C) Compreensibilidade.
- (D) Tempestividade.
- (E) Verificabilidade.

59. Uma NBC TSP significa Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Essas normas são um conjunto de diretrizes e regras contábeis específicas para entidades do setor público no Brasil. A NBC TSP 15 versa sobre Benefícios a Empregados. Sobre essa norma, marque a alternativa correta.

- (A) Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (incluindo benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.
- (B) Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até 24 meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.
- (C) Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam parcialmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.
- (D) Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.
- (E) Benefícios de curto prazo a empregados são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até seis meses após a data a que se referem as demonstrações contábeis em que os empregados prestarem o respectivo serviço.

60. Sobre a NBC TSP 32 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual), assinale a alternativa correta.

- (A) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item coberto, que não são atribuíveis a um risco coberto, são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- (B) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item coberto, que são atribuíveis a um risco coberto, não são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- (C) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item coberto, que são atribuíveis a um risco coberto, são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- (D) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item coberto, que são atribuíveis a um risco descoberto, são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.
- (E) Eficácia do hedge é o grau em que as alterações no valor justo ou fluxos de caixa do item descoberto, que são atribuíveis a um risco coberto, são compensadas por alterações no valor justo ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

**PROVA DISCURSIVA**

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para o respectivo **Caderno de Texto Definitivo**, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos. As respostas deverão conter a extensão mínima de **15 (quinze)** linhas, e máxima de **20 (vinte)** linhas para os textos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **20 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito no **Caderno de Texto Definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.
- Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- O **Caderno de Texto Definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva.
- A prova discursiva será elaborada com base no conhecimento específico para o cargo pleiteado e consistirá na elaboração de texto dissertativo-argumentativo, com base em tema formulado pela Banca Examinadora.

**• TEMA PROPOSTO**

O Orçamento Público é um instrumento fundamental de planejamento e gestão financeira do governo, seja em nível federal, estadual ou municipal. Ele representa a previsão das receitas que o governo espera arrecadar (como impostos e outras fontes) e a definição de como esses recursos serão gastos em um determinado período, geralmente um ano. É por meio do orçamento que o governo define suas prioridades, alocando recursos para áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura e outras.

A elaboração do Orçamento Público envolve diversas etapas, desde a definição das diretrizes e metas até a aprovação pelo Poder Legislativo. É um processo complexo que busca garantir a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos, permitindo que a sociedade acompanhe e controle como o dinheiro arrecadado é utilizado. Além disso, o orçamento é um instrumento de planejamento de políticas públicas, pois permite ao governo definir as prioridades de investimento e as metas a serem alcançadas.

O Orçamento Público desempenha um papel crucial na economia, pois influencia o nível de atividade econômica, a distribuição de renda e a qualidade dos serviços públicos. Ele também é um instrumento de controle social, permitindo que os cidadãos acompanhem e avaliem a atuação do governo.

Entretanto, a realidade no cotidiano do Setor Público pode encarar imprevistos e nessas imprevisibilidades existem os chamados “Créditos Adicionais”.

Considerando os Créditos Adicionais, elabore um texto dissertativo-argumentativo, com o mínimo de quinze linhas e o máximo de vinte linhas, conceituando o que são esses créditos adicionais, quais os tipos e a diferença conceitual em cada tipo de crédito adicional, concluindo sobre a importância desses créditos no setor público.

**RASCUNHO**

1	
5	
10	
15	
20	